

PELO ESPAÇO: UMA NOVA POLÍTICA DE ESPACIALIDADE

Doreen Massey

Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008

Gislene Santos

Professora Adjunta do Departamento
de Geografia da UFPR

O crescente interesse que diferentes áreas do conhecimento e da arte têm apresentado em relação ao conceito de espaço, poderia, à primeira vista, trazer aos geógrafos um certo sentimento de conquista e conforto epistemológico: enfim, depois de longos anos subordinados a uma representação de mundo comandado pela dimensão do tempo, o espaço passa a ser valorado. A lista desta evocação atual ao espaço é extensa: no cinema, a imagem focada na problemática dos conflitos ao longo das fronteiras internacionais; na literatura contemporânea, migrantes-estrangeiros desenraizados em alguma grande cidade e cenas de violência urbana comumente apresentam-se como personagens e cenários. Na Antropologia, Filosofia e Sociologia, o uso das topologias espaciais também se apresenta recorrente. Noções como território, desterritorialização, fluxos, redes, nações, fronteiras, local, lugar, transnacional, para citar as mais frequentes, de certa maneira transmitem, em primeiro plano, uma clara perspectiva espacial. Entretanto, ao lermos *Pelo espaço*, livro recentemente traduzido e publicado no Brasil, escrito pela geógrafa Doreen Massey, a aparente sensação de conforto epistêmico desequilibra-se; em vez da revigoração conceitual do espaço, nos diz a autora: “muitos dos discursos correntes acerca da globalização fogem do pleno desafio do espaço” (p.148).

A estrutura do livro compõe-se de cinco partes: ao longo das 312 páginas distribuídas em 15 capítulos, a autora propõe construir pressupostos e argumentos heurísticos com o objetivo de restituir ao espaço características e princípios que respondam às questões contemporâneas, mas sem cair na apologia discursiva de que tudo hoje é espacial, e muito menos na inevitabilidade da globalização neoliberal, sedenta por novos lugares. Parte do pressuposto de que o espaço é produto de relações sociais – relações essas que se formam coetaneamente e cujo emalramento é tecido por uma mi-

riade de distintos tempos e lugares. O espaço aqui, já para adiantar, é um encontro de múltiplas trajetórias, cujo arranjo não se conforma à representação de uma superfície plana e pontual. Espaço não é mapa, adverte a autora.

Página a página o leitor debruça-se sobre um denso e laborioso raciocínio acerca das características e princípios constitutivos do espaço. Em todo o texto, a autora conversa com diferentes pensadores: Bergson, Espinoza, Levi-Strauss, Althusser, Derrida, Deleuze, De Certeau, Chantal Mouffe, Laclau. No entanto, o diálogo mais fino que atravessa e estimula o seu pensamento se mediatiza com o filósofo Henri Bergson, por sua investidura (no início do século XX) sobre o tempo associado ao espaço. Mas se Bergson, seguindo as pistas de Massey, investe para um tempo múltiplo e conflui para a idéia de duração como experimento de vida, composto por um presente perfilado de temporalidades distintas, sua concepção de espaço é refém do tempo; o espaço abriga o tempo. Massey aproxima-se de Bergson por sua abertura em relação ao tempo, porém, traz um elemento novo: o espaço não é um desdobramento do tempo, ao contrário, espaço e tempo existem em conjunção. Tempo e espaço são co-constitutivos. Assim, a autora, na primeira parte do livro, teoriza sobre as categorias tempo e espaço e propõe um tensionamento epistêmico entre espaço-tempo ou tempo-espaço. Não há aqui, é importante que se registre, uma prioridade hierárquica do tempo em relação ao espaço, ou vice-versa. Estas dimensões se constituem conjuntamente. O mundo é temporal e espacial. O tempo-espaço que a autora laboriosamente edifica constitui-se de múltiplas trajetórias que se encontram no *aqui agora*. Se o tempo como processo está aberto ao imprevisto, assim também pode ser pensada a conjunção tempo-espaço: “Se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão do social: da coexistência contemporânea dos outros. E isso é ao mesmo tempo um prazer e um desafio” (p. 15).

Mas, nesta direção, qual a sua definição de espaço? Quando e como o espaço começa a tomar forma e a se delimitar? A primeira atenção, seguindo Massey, é evitar cairmos aqui na distinção dada pela Geografia Humanística entre espaço e lugar. Esta polaridade entre o espaço (hostil, externo e abstrato) e o lugar (refúgio/pertencimento, sentido, vivido e cotidiano) pouco

nos ajuda a elaborar um raciocínio espacial. A autora não está pré-ocupada em distinguir essas duas noções. Espaço e lugar/local se equivalem. Em rápidas palavras, esse legado em relação ao lugar (refúgio sedimentado de formas e heranças que diretamente nos pertencem) deve ser renunciado, pois, podemos dizer, esse lugar nunca existiu.

No capítulo 1, a autora apresenta duas proposições iniciais para se pensar o espaço: 1) O espaço como produto de inter-relações – do global ao intimamente pequeno. Não se trata, nesta primeira proposição, de uma poética do espaço ao estilo Bachelard. Ao contrário, o que ela propõe é uma ação reflexiva sobre uma “política relacional do lugar” – e o lugar aqui, importante reiterar, é formado pelo encontro de múltiplas trajetórias. Este encontro, diga-se de passagem, não é portador de um sentido angélico e adâmico do lugar. A autora mergulha em águas mais profundas e turvas: o local não é a exposição de uma única herança de histórias sedimentadas numa circunscrição fechada. Para Massey, o sentido do local guarda sua relação com outras escalas. Isso não impede que se compreendam as singularidades locais, mas o lugar é a manifestação do encontro de muitas outras heranças e de acontecimentos em curso, e não de uma única história.

Assim, evitamos cair no sentido de lugar como escala cartográfica e administrativa, e tampouco direcionamos um apelo à particularidade fechada de uma localidade. Antes de mais nada, locais são processos. 2) O espaço como a esfera de possibilidade, de existência da multiplicidade, da coexistência conflituosa de muitas outras vozes e trajetórias. Um espaço onde a pluralidade humana e a heterogeneidade estejam presentes. Assim, ao propor a pluralidade como pressuposto para a formação e entendimento do espaço, Massey refina sua imaginação e já nos adverte que o sentido de sua reflexão se pauta por um exercício político, pois onde se concebe a pluralidade e a heterogeneidade estão presentes os conflitos, as diferenças de uso e distribuição do poder, os consensos, as rupturas e as forças que percorrem e usam desigualmente os recursos dos espaços. A força do argumento é dada pela possibilidade de um dever do espaço, posto que aberto, plural, múltiplo e em conflito. Ao pensarmos que espaço e multiplicidade de trajetórias são co-constitutivos, abrimos uma nova paisagem política, composta por diferentes narrativas.

Conceber assim o lugar como escala heurística privilegiada demanda renunciar a uma perspectiva unívoca de identidade, portadora de paroquialismos e localismos exclusivistas. Massey enfatiza a tarefa crítica da Geografia: desfazer-se de uma concepção de espaço como abstrato e do seu contraponto lugar como vivido para, em vez dessa dupla oposta, advir um sentido de uma política do espaço, dado pelo princípio da “política da interconectividade”, de um lugar em relação a outro. Não encontramos, assim, em Massey, uma teoria fechada, pronta para ser aplicada em estudos de casos empíricos. Não se trata de uma transposição didática e muito menos de procedimentos metodológicos para futuros estudos sobre o lugar. O que o leitor encontrará é uma profunda reflexão e inspiração para um exercício atento às multiplicidades que um lugar abriga. E, com rigor, a autora analisa várias problemáticas atuais, como: a política habitacional em Londres; a demarcação de terras dos índios Deni, no oeste da Amazônia; as políticas localistas em relação ao migrante-estrangeiro; a dominância das indústrias financeiras globais em Londres; o local como produtor do global; a organização do espaço do trabalho e do espaço doméstico pelos altos funcionários dos tecnopolos; a apropriação do espaço público urbano; a conexão local entre os humanos e não-humanos (natureza); e uma crítica à adesão das ciências humanas às teorias no campo da física, especificamente em relação à teoria da complexidade.

O texto é acompanhado de imagens fotográficas, charges e mapas. O uso destas imagens não deve ser programado como suporte didático para a compreensão do texto escrito e tampouco como enfeite e/ou ilustração. Mas merecem ser lidas como linguagem que, junto ao texto escrito, gera um segundo texto, no qual os objetos e os significados se atritam, abrindo a visão para a imaginação de um espaço múltiplo de narrações. Massey nos propõe, assim, outro exercício: junto a Espinoza, faz apelo ao experimento da imaginação do outro, um outro que não se situa necessariamente em alguma localidade distante (quanto mais distante maior a diferença cultural, como nos clássicos estudos das ciências humanas). Não é sobre distâncias métricas que trata sua reflexão espacial. O diferente e o estranho não habitam somente o distante; a margem também está no centro. Esse lugar, como experimento heurístico, ainda está para ser construído.

Das páginas deste livro emerge um feixe de experimento de idéias, dado pela elegância na escrita, o cuidado com a textura e o significado das palavras. Qualidades estas transmitidas pela “boa tradução” do livro, que nos oferece a difícil tarefa de conciliar e manter as diferenças entre línguas diferentes e criar sobre o intraduzível. Ao terminar a leitura, temos um sentido restituído: o de que o mundo ainda apresenta novidade. Massey traz um pouco de “ar puro” para a Geografia. “Lugares, em vez de serem localizações de coerência, tornam-se os focos do encontro e do não-encontro do previamente não-relacionado e, assim, essenciais para a geração do novo” (p. 111). A amplitude de seus questionamentos nos permite multiplicar os olhos, gesto esse especialmente urgente para pensar as questões contemporâneas. Há em suas reflexões uma serenidade epistemológica para questões tão complicadas e densas, como o acesso e controle desigual do poder. Posição essa que somente a maturidade de uma rica trajetória intelectual pode oferecer.

Em síntese, para que a teoria de Massey seja compreendida, é fundamental termos em mente que sua crítica é direcionada a todas as abordagens positivistas e essencialistas que cultivam uma idéia de lugar circunscrito e fadado a uma única identidade. Pensar desta maneira o lugar é empobrecer o cotidiano, as experiências contemporâneas, o mundo e o devir. Com todas as implicações políticas, como legado de uma representação de mundo colonialista, não é mais possível pensarmos o espaço como superfície plana. Ancorar-se nesta interpretação é silenciar as muitas outras vozes e muitos outros atores que formam o espaço. Nesta direção, as Ciências Humanas e os atores do planejamento, nas mais diversas escalas de ação, podem e devem assumir o compromisso de elaborar uma reflexão e ação política para construção de um espaço heterogêneo, múltiplo e plural, pois essa é a única condição humana da qual somos herdeiros.

SÃO PAULO, CIDADE GLOBAL: FUNDAMENTOS FINANCEIROS DE UMA MIRAGEM

Mariana Fix

São Paulo: Boitempo, 2007

Daniela Abritta Cota

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG

A transição do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível levou, em muitos casos, à adoção pelos países centrais de formas mais flexíveis de organização espacial, seja do ponto de vista das normas de ordenamento territorial, seja nas formas de relacionamento entre o poder público e o setor privado. Por outro lado, o processo de globalização e de flexibilização da produção, bem como a quebra das barreiras espaciais (Harvey, 1995) como consequência da contínua revolução nos meios de transporte e de comunicação, reforçaram a política do local e a importância dos lugares, que passaram a competir pela atração de investimentos e fluxos de consumo. Nesse contexto, produtividade, competitividade e subordinação dos fins à lógica do mercado são elementos que dominam a “nova” forma de se pensar o urbano, constituindo o que Harvey chamou de *empresariamento da gestão urbana* (Harvey, 1996). Tais elementos passam, assim, a ser incluídos na discussão de políticas urbanas locais mais recentes, sendo adotados especialmente por aquelas cidades com “vocação global”. Nesse contexto de transformação da “cidade-empresa”, instrumentos de planejamento mais flexíveis – contrapondo-se aos tradicionais, tanto do ponto de vista da regulação do uso e da ocupação do solo urbano quanto da governança urbana – são colocados em pauta tanto nos países centrais quanto nos periféricos, a exemplo da parceria público-privada, que se apresenta como possível mecanismo de captação de recursos e de gestão pública eficaz, considerando o seu papel na promoção da inserção competitiva de cidades nos fluxos econômicos globais.

Mariana Fix, em sua última obra (Fix, 2007), dá abertura para diferentes reflexões, nos instigando, inclusive, a refletir sobre este tema – a parceria público-privada – quando investiga as conexões existentes en-